



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Cenário Fiscal de Médio Prazo 2020-2022

Maputo, Junho de 2019

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
I. INTRODUÇÃO	8
II. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA INTERNACIONAL	10
2.1. Crescimento Económico Mundial	10
2.2. Tendência do Comércio Internacional e de Preços das Commodities.....	12
2.2.1. Comércio Internacional.....	12
2.2.2. Preços das Commodities.....	13
2.2.3. Inflação Mundial	15
2.2.4. Riscos sobre a Perspectiva Internacional	16
2.3. PERSPECTIVA DA ECONOMIA NACIONAL	17
2.3.1. Pressupostos Macroeconómicos	17
2.3.1.1 Inflação	21
III. OBJECTIVO MACRO-FISCAL E AS MEDIDAS DE POLÍTICA	22
IV. PERSPECTIVAS DA RECEITA E DA DESPESA	24
4.1. Projecção de Recursos Internos e Externos.....	25
4.2. Projecção das Despesas	25
4.3. Equilíbrio Orçamental.....	26
V. AFECTAÇÃO DE RECURSOS	27
5.1. Critérios de Afectação	29
5.2. Afectação Por Prioridades do PQG	30
5.3. Afectação de Recursos Internos nas Áreas Económicas e Sociais.....	31
VI. DÍVIDA PÚBLICA.....	35
VII. RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2020-2022	36
VIII. ANEXOS	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Crescimento Económico Mundial.....	11
Tabela 2: Volume de Comércio Internacional	12
Tabela 3: Cenários de Crescimento	18
Tabela 4: Taxa de Crescimento Sectorial.....	19
Tabela 5: Indicadores Fiscais.....	23
Tabela 6: Projecção dos Recursos Internos e Externos	25
Tabela 7: Projecção das Despesas.....	26
Tabela 8: Mapa de Equilíbrio Orçamental.....	27
Tabela 9: Recursos Sectoriais e Não Sectoriais.....	28
Tabela 10: Recursos alocados para Funcionamento e Investimento	29
Tabela 11: Afecção de Recursos por Prioridades.....	31
Tabela 12: Afecção de Recursos Internos nas Áreas Económicas e Sociais.....	32
Tabela 13: Principais Projectos das Áreas de concentração Económica	33
Tabela 14: Principais Projectos das Áreas Sociais.....	34
Tabela 15: Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Previsão de Preços de Principais Mercadorias (em USD)	14
Gráfico 2: Inflação Mundial.....	15
Gráfico 3: Inflação Média Anual	21
Gráfico 4: Divida Pública.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
BTs	Bilhetes de Tesouro
BMPQG	Balanço de Meio-termo do Plano Quinquenal do Governo
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CN	Contas Nacionais
DEEF	Direcção de Estudos Económicos e Financeiros
DNPO	Direcção Nacional de Planificação e Orçamento
DNC	Direcção Nacional de Cooperação
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DSA	Análise de Sustentabilidade da Dívida
EGE's	Encargos Gerais do Estado
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FC	Fundos Comuns
FCA	Fundo de Compensação Autárquico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FED	Reserva Federal dos Estados Unidos de América
FIIA	Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICE	Imposto Sobre o Consumo Específico
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
IRPC	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAM	Mozambique Asset Management
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MF	Mapa Fiscal
MT	Metical
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTs	Obrigações do Tesouro
PERPU	Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana
PES	Plano Económico e Social
PF	Política Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Programa Integrado de Investimentos
Pp	Pontos Percentuais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
QM	Quadro Macro
REO	Relatório de Execução Orçamental
RIL's	Reservas Internacionais Líquidas
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAJ	Sectores de Administração Judicial
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TIP	Tratamento Intermitente Presuntivo
Ton	Toneladas
USD	Dólar norte-americano
WEO	World Economic Outlook

RESOLUÇÃO
CONSELHO DE MINISTROS
RESOLUÇÃO Nº _____/2019
DE _____ DE _____

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação e orçamentação trienal, através do qual são organizadas, analisadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas com o enfoque para a materialização das grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo (PQG).

Havendo necessidade de garantir que o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2020 à 2022 tenha no Cenário Fiscal de Médio Prazo um instrumento orientador na afectação de recursos, ao abrigo do n.º 4, do artigo 210, da Constituição da República, determino:

Artigo 1: É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2020-2022.

Artigo 2: Na elaboração do Orçamento de Estado (OE) de 2020 devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2020-2022, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Artigo 3: Havendo mudanças conjunturais e estruturais nos anos subsequentes, o CFMP 2020-2022 será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade, e as alterações efectuadas deverão ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social (PES) e no OE.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos de Junho de 2019

Publique-se

O Primeiro-Ministro
Carlos Agostinho do Rosário

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente documento apresenta o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2020-2022, que tem como base para a sua elaboração “o Balanço dos 04 anos do Programa Quinquenal do Governo (BMPQG) 2015-2019” e “os Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais (PEPS)”. Os resultados da avaliação de desempenho dos indicadores do PQG, indicam que 46% dos 91 indicadores avaliados, assinalaram progressos satisfatórios e que as metas podem ser alcançadas, 14% apresentam desempenho razoável e potencialidades para o cumprimento da meta. E, 30% registaram uma baixa realização, representando um risco de incumprimento.
2. O PQG 2015-2019 foi implementado num ambiente de choques, quer internos como externos, com destaque para: (i) agravamento da dívida pública, (ii) restrições quanto ao financiamento externo, (iii) variação dos preços das matérias-primas no mercado internacional e (iv) variações cambiais que se reflectiram na subida dos preços internos de bens e serviços. Deste modo, medidas combinadas de política monetária e fiscais restritivas, estão sendo implementadas por forma a contrariar o desequilíbrio macroeconómico existente.
3. As perspectivas de médio prazo, assentam no restabelecimento da estabilidade macroeconómica, na recuperação gradual do crescimento da economia através da criação de condições para o *aumento e diversificação da base produtiva* (investimento público e privado), *maior abertura do crédito para a economia*, e *contenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos*.
4. O CFMP visa o ajustamento das opções estratégicas mais adequadas tendo em conta a conjuntura e aspectos estruturais, por forma a: (i) delinear o contexto económico em que o Orçamento do Estado (OE) para 2020 estará inserido, (ii) explicar a Política Fiscal no contexto das perspectivas macro económicas e (iii) propor a estrutura de afectação de recursos para os próximos 3 anos, objectivando a alavancar a economia nacional.
5. A economia global, esta enfrentar uma perda de dinamismo e aumento de incertezas, desde o final de 2018 e início de 2019, e espera-se que melhore no médio prazo, influenciado pela melhoria das tensões comerciais, e impulsionado pelo crescimento da China (em média 6%) e India (em média 7.5%). As projecções para 2019 foram revistas

para 3.3% média anual, o equivalente a 0.4pp em relação a previsão de Outubro de 2018, (WEO, Abril de 2019).

6. A nível da *África Subsaariana e da SADC* – As perspectivas variam, reflectindo a heterogeneidade das economias, associada a disparidades no nível de desenvolvimento, exposição a choques climáticos e dependência de commodities. Para 2019 perspectiva-se um crescimento acelerado de 3,5%, o correspondente a 0.5pp relativamente a 2018.
7. A nível *Nacional* – Os choques climatéricos, sobretudo o IDAI e os níveis de endividamento público tem estado a influenciar negativamente a dinâmica do crescimento da economia nacional. O impacto destes factores pressionam a revisão em baixa do crescimento da economia para 2019, dos 4.7% inicialmente previstos no PES para 2.5%.
8. No próximo triénio, a Política Fiscal será conduzida com vista a reestabelecer a estabilidade macroeconómica e a recuperar gradualmente o crescimento económico, através da contenção do défice fiscal em 3.8% do PIB e o saldo primário em 0.2% até 2022.
9. As previsões de recursos apontam para uma tendência do crescimento da receita do Estado em 1.0% e uma redução da despesa, em média (2020-2022) em torno de 2.3%.
10. Em relação as despesas correntes, as previsões apontam para uma redução de 1.8% do PIB em 2022, e um aumento das despesas de investimento em termos nominais de 22.833,07 milhões para 26.971,22 milhões de meticais (2020-2022).
11. Neste contexto, o Governo irá, a médio prazo, envidar esforços no sentido de assegurar maior racionalização das despesas de funcionamento e maior foco dos investimentos públicos, em projectos produtivos de maior impacto económico e social.

I. INTRODUÇÃO

12. A economia de Moçambique atravessa um período de crescimento lento, após a recessão de 2015¹. Nos anos 2016 e 2017 verificou-se a queda dos investimentos públicos e privados, aumento de incerteza macroeconómica sobre a evolução da taxa de juro e da política fiscal, encarecimento do crédito privado e redução da taxa de crescimento dos salários reais.
13. O desempenho do crescimento económico de 2018 em relação a 2017, foi ligeiramente baixo, tendo reduzido de 3.7% para 3.3%, como resultado da queda da produção da Agricultura, de 4.5% para 3.5%, Indústria de Extracção Mineira (40.8% para 11.7%), Transportes e Comunicações (4.3% para 3.0%), condicionada pelos choques climatéricos que se registaram no quarto trimestre de 2018 (chuva excessiva na zona norte e seca na zona sul do país), a queda dos preços dos principais produtos exportados e a fraca procura interna. Aliado a esses factores e conjugando com a fraca produção que poderá se fazer sentir na zona centro, condicionado pelo Ciclone IDAI, perspectiva-se para 2019 uma queda do crescimento económico (de 4.7% para 2.5%) e como aumento da inflação (de 3.9% para 7%).
14. No entanto, uma gestão prudente da política macroeconómica e das finanças públicas com vista a assegurar a estabilidade macroeconómica, exige uma programação eficiente de médio prazo com base na conjugação da evolução dos principais indicadores macroeconómicos² nacionais e internacionais.
15. Com base no CFMP, pretende-se organizar e apresentar as opções estratégicas que visam à materialização do objectivo do PQG, ao estabelecer as prioridades na realização da despesa pública num ciclo de 3 anos.
16. A previsão das receitas e fixação dos limites da despesa pública, é fundamental para a elaboração do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE), este instrumento permite:
 - a. Promover maior disciplina fiscal e o equilíbrio macroeconómico;
 - b. Maior previsibilidade sobre os recursos e suas aplicações prioritárias nos diferentes programas do Governo;

¹ Choque das dívidas ilegais, cancelamento do Apoio ao Orçamento do Estado, retracção dos investimentos

² PIB, Inflação, Taxa de câmbio e Taxa de Juro

- c. Maior responsabilização das decisões e dos gestores pela planificação e orçamentação.

17. A base para a elaboração do CFMP 2020-2022 é o Balanço dos 4 anos do Programa Quinquenal do Governo (BPQG) 2015-2019 e os Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais.

18. Os resultados do (BPQG) 2015-2019 dos 4 anos de implementação mostram que, tanto os indicadores macroeconómicos como os 91 indicadores de desempenho situaram-se fora dos parâmetros previstos no PQG:

- *Nos indicadores macroeconómicos*, o crescimento médio situou-se em 4.4% dos 7% ou 8% inicialmente previstos no PQG. A inflação registou uma média de 10.6% em relação a meta de 1 dígito definido no PQG, e para o próximo ano (2020) espera-se uma de redução para 6.5%.
- *Dos 89 indicadores de desempenho do BMPQG 2015-2019*, (i) 46% apresentam um bom progresso, indicando que as suas metas poderão ser atingidas, (ii) 14% registaram um desempenho razoável, havendo potencialidades para o seu cumprimento, e (iii) 30% apresentam uma realização baixa, podendo representar um risco de incumprimento.

19. No entanto, foram identificadas acções sectoriais prioritárias para o cumprimento das metas do PQG e o esforço financeiro necessário para a sua implementação. Foi este o âmbito de programação do presente CFMP, visando assegurar maior racionalização das despesas de funcionamento, e dar maior primazia a despesas de investimento priorizando os projectos com maior impacto económico e social.

20. O presente documento está estruturado em sete (7) capítulos nomeadamente: (i) Introdução; (ii) Perspectivas Macroeconómicas no Médio Prazo Internacional e Nacional; (iii) Objectivo Macro Fiscal e a Política Fiscal no Médio Prazo; (iv) Perspectivas das Receitas e Despesas; (v) Afectação de Recursos; (vi) Dívida Pública e (vii) Riscos Macro Fiscais.

II. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA INTERNACIONAL

21. A economia global, esta enfrentar uma perda de dinamismo e aumento de incertezas, desde o final de 2018 e início de 2019, devido: (i) a desaceleração do comércio internacional, em parte associada aos conflitos comerciais entre a China e EUA; (ii) Questões de política com a perspectiva da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit); (iii) Questões económicas associadas a perspectiva de crescimento do EUA e ao risco de uma recessão na Europa, sobretudo, na Alemanha e Itália.
22. Deste modo, a previsão do crescimento global para 2019, foi revista em baixa de 3.5% para 3.3%, o equivalente a 0.4pp em relação a previsão de Outubro de 2018, (WEO, Abril de 2019). E espera-se que o crescimento global estabilize-se a médio prazo em torno de 3,6%, impulsionado principalmente pelo crescimento da China (6%) e da Índia (7%), que representam um peso crescente na renda mundial.

2.1. Crescimento Económico Mundial

23. De acordo com as previsões do FMI, revistas em Abril 2019, o crescimento mundial alcançará 3.3% em 2019 e 3.6% entre 2020 e 2022, o equivalente a uma redução de 0.2pp e 0.1pp, respectivamente, relativamente a previsão de Outubro de 2018. Para o BM, a economia mundial desacelera de 3% em 2018 para 2.9% em 2019, e 2.8% entre 2020 e 2022, devido ao enfraquecimento do comércio e dos investimentos.
24. A tabela nº1 abaixo, demonstra as perspectivas e tendências do crescimento na economia mundial. A previsão para as economias avançadas indicam um abrandamento, sobretudo, nos EUA e na Economia Europeia. Nos EUA, devido aos efeitos da guerra comercial com a China, o crescimento foi revisto em baixa de 2.9% para 2.3% em 2019, sendo que reflecte o impacto do corte de impostos. Já na economia Europeia depois de um abrandamento de 2.4% em 2017 para 1.8% em 2018, espera-se que continue em 2019 para 1.3%, e uma recuperação entre 2020-2022.

Tabela 1 : Crescimento Económico Mundial

	<i>Em Percentagem</i>					
	2017	2018	2019	Projeções		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mundo	3.8	3.6	3.3	3.6	3.6	3.6
Economias Avançadas	2.4	2.2	1.8	1.7	1.7	1.6
E.U.A	2.2	2.9	2.3	1.9	1.8	1.6
Japão	1.9	0.8	1.0	0.5	0.5	0.5
Reino Unido	1.8	1.4	1.2	4.4	1.5	1.6
Zona Euro	2.4	1.8	1.3	1.5	1.5	1.4
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4.8	4.5	4.4	4.8	4.9	4.8
Russia	1.6	2.3	1.6	1.7	1.7	1.6
China	6.8	6.6	6.3	6.1	6.0	5.8
India	7.2	7.1	7.3	7.5	7.7	7.7
Brazil	1.1	1.1	2.1	2.5	2.2	2.2
Africa-Subsahariana	2.9	3.0	3.5	3.7	3.7	4.0
Nigeria	0.8	1.9	2.0	2.2	2.6	2.4
Angola	-0.2	-1.7	0.4	2.9	2.2	3.0
Africa do Sul	1.4	0.8	1.2	1.5	1.8	1.8
Swazilândia	1.9	0.2	-0.4	0.2	0.9	1.9
Moçambique*	3.7	3.3	2.5	3.6	4.1	4.8

Fonte: FMI, WEO, Abril 2019

* MEF, Abril 2019

25. Nas Economias Emergentes, o FMI, prevê uma taxa de crescimento de 4.4% em 2019, o equivalente a uma desaceleração de 0.1pp em relação a 2018 e 0.4pp a 2017. E, espera-se uma aceleração do crescimento, em 2020, de 4.8% que se manterá em 2021. No entanto, factores como a desaceleração da procura externa, crescentes custos dos empréstimos e incertezas políticas persistentes podem pesar sobre as perspectivas dos países deste grupo.
26. Para o caso específico da China, como a segunda grande economia mundial e maior compradora de produtos primários, as perspectivas indicam uma continuidade para o reequilíbrio interno e externo e apontam para uma desaceleração, de 6.6% em 2018 para 6.3% em 2019 e espera-se que se mantenha em torno de 5.8% em 2022, devido à influência combinada do efeito das tensões comerciais com os Estados Unidos e o Regulamento do Sistema Financeiro.
27. Na África Subsaariana perspectiva-se um crescimento acelerado de 3.0%, registado em 2018, para 3,5% em 2019, em virtude da diminuição da incerteza de políticas e da melhoria dos investimentos nas grandes economias, juntamente com o crescimento contínuo robustos dos países sem muitos recursos naturais. No entanto, para o período de 2020 a 2022, prevê-se uma aceleração de 3.7% para 4.0% por ano, respectivamente.

Para o caso da África do Sul, prevê-se uma aceleração modesta, de 0.8% em 2018, para 1.2% em 2019 que se manterá até 2020 em torno de 1.8%.

28. De um modo geral, o FMI, perspectiva uma recessão do crescimento global a curto prazo, que será impulsionado no segundo semestre de 2019 e em 2020, pelo ritmo da normalização da política monetária no sistema de bancos centrais dos Estados Unidos.

2.2. Tendência do Comércio Internacional e de Preços das Commodities

2.2.1. Comércio Internacional

29. Considera-se que o crescimento do comércio mundial continue sólido, embora perspectiva-se uma desaceleração em 2019 para 3.4%, o correspondente a 0.4pp relativamente a 2018, sobretudo, por elevação das tensões comerciais e a diminuição das condições financeiras favoráveis (crédito). E espera-se um crescimento constante no médio prazo de 3.9%, (ver tabela nº 2, abaixo).

Tabela 2: Volume de Comércio Internacional

Comércio	Em Percentagem					
	Projeções			2020	2021	2022
	2017	2018	2019			
Comércio Mundo	5.4	3.8	3.4	3.9	3.9	3.9
Importações	5.4	4.1	3.6	4.0	4.1	4.0
Exportações	5.4	3.5	3.2	3.7	3.6	3.8
Importações						
Economias Avançadas	4.3	3.3	3.0	3.2	3.5	3.3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7.5	5.6	4.6	5.3	5.2	5.2
África-Subsahariana	1.4	6.2	5.5	5.1	4.0	5.4
Exportações						
Economias Avançadas	4.4	3.1	2.7	3.1	3.1	3.3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7.2	4.3	4.0	4.8	4.5	4.6
Economias da África-Subsahariana	4.2	3.0	5.7	5.0	4.2	5.7

Fonte: FMI, WEO, Abril 2019

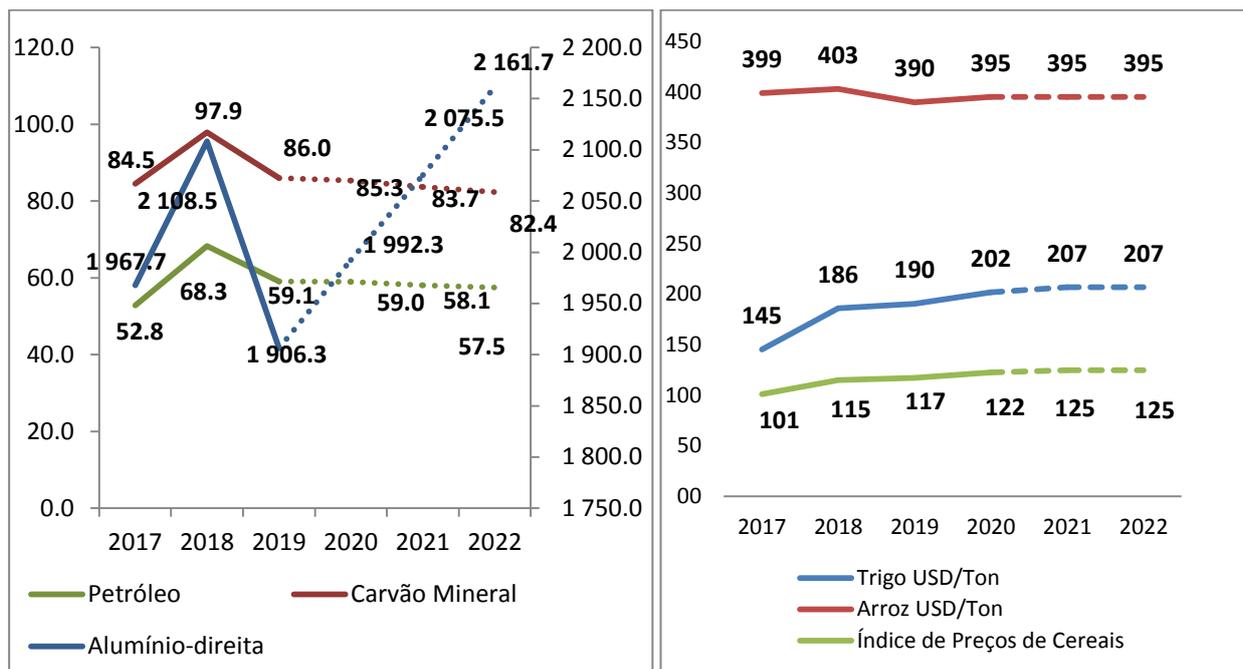
30. O comércio mundial desacelerou em 2018 devido a tensões comerciais entre as duas grandes economias (EUA e China), de 5.4% para 3.8%. Espera-se que a projecção moderada de investimento na China e principais economias avançadas conduzam a um crescimento menor do comércio nos próximos anos e que as mudanças tecnológicas continuem a aumentar a sua contribuição no serviço comercial, (BM, 2019).

31. Com as novas imposições tarifárias sobre as importações entre os EUA e China, espera-se efeitos negativos significativos sobre o comércio mundial. Dado que os produtos exportados pela China para os EUA, contém parcela elevada de insumos produzidos por outros países que também serão afectados indirectamente.
32. O crescimento nos volumes de importação em algumas das principais economias avançadas (Estados Unidos, Zona Euro, Japão) diminuiu. A desaceleração pode reflectir, igualmente, uma combinação de factores, como algum retorno do crescimento comercial muito forte no final de 2017 e gastos de capital mais fraco em um ambiente global mais incerto.
33. Diversos desdobramentos podem actuar como freio na actividade económica (BM, 2019).
- (i) Um aperto cada vez mais acentuado nos custos dos empréstimos poderia deprimir os fluxos de entrada de capital em muitos países emergentes e em desenvolvimento;
 - (ii) Aumentos acumulados da dívida pública e privada poderiam elevar a vulnerabilidade à oscilações das condições financeiras e do mercado;
 - (iii) A intensificação das tensões comerciais poderia enfraquecer o crescimento global e atrapalhar as cadeias de valor interconectadas mundialmente.

2.2.2. Preços das Commodities

34. De acordo com as projecções da FAO para 2018-2027, a médio prazo espera-se que os preços em termos nominais recuperem lentamente, sustentados pela demanda de países da África Subsaariana, Sul e Leste da Ásia, Médio Oriente e Norte de África.
35. Embora os fundamentos do mercado agrícola permaneçam sólidos, o índice de preços de cereais segundo o FMI tem estado a apresentar um aumento modesto devido as tensões comerciais e preocupações com o crescimento global. Espera-se que o preço do arroz permaneça sob pressão no curto prazo, reflectindo a lenta procura de importação. Enquanto que o preço do trigo aumentou de USD 186/Ton em 2018 para USD 190/Ton em 2019, após condições climáticas adversas durante a primavera e o verão na Rússia e na Europa Ocidental, respectivamente.

Gráfico 1: Previsão de Preços de Principais Mercadorias (em USD)



Fonte: FMI, WEO, Abril 2019

Fonte: FMI, WEO, Abril 2019

36. A previsão do preço para o petróleo em 2019 é de US\$ 59.1 em média por barril e estima-se que venha variar entre 2020 (US\$ 59/barril) e 2022 (US\$ 57.5/barril). A ameaça de imposição de sanções comerciais ao Irão pelos EUA agravou a perspectiva do desequilíbrio do mercado, pressionando novamente os preços., que voltaram a reduzir e presume-se que seja devido ao aumento da produção norte americana a partir de fontes não convencionais (FMI,2019).
37. O preço de carvão, representa uma média da Austrália e da África do Sul, aumentou 9,8%, reflectindo assim condições de oferta restritas. Observando o gráfico 1 acima, pode-se visualizar uma tendência decrescente do preço do carvão, em virtude da Índia e da China que são os maiores importadores deste produto, implementaram um plano de reestruturação, que visa a substituição do carvão pelo gás para a produção de energia eléctrica.
38. A redução esperada dos metais, de USD 2108.5 em 2018 para USD 1906.3 em 2019 resulta em grande parte da fraca procura da China. Os mercados de metais também experimentaram alta volatilidade de preços, reflectindo, em parte, as acções tarifárias implementadas, sanções dos EUA sobre o gigante de alumínio a Rússia, e uma maior incerteza da política comercial. No entanto espera-se uma recuperação entre 2020 a 2022 (de USD 1992.3 para USD 2161.7).

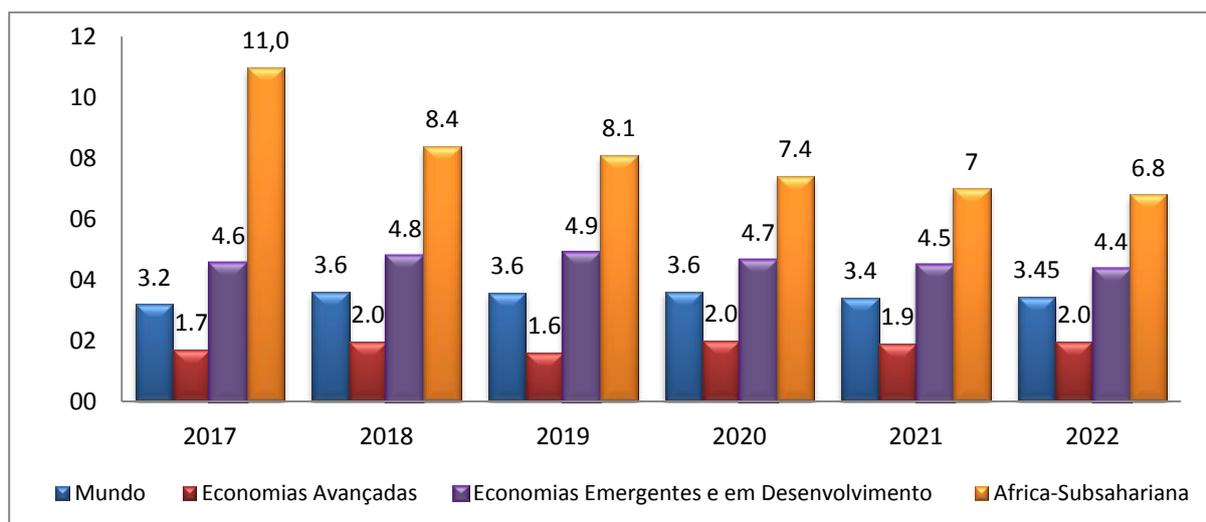
39. Forte demanda do gás natural liquefeito na China e na Índia, bem como os preços mais elevados do petróleo, mantiveram o preço à vista para o gás natural liquefeito perto de seu nível mais alto em três anos.

2.2.3. Inflação Mundial

40. A inflação dos preços ao consumidor, em geral, permaneceu geralmente contida nos últimos meses nas Economias Avançadas, mas avançou nos Estados Unidos, onde o crescimento acima da tendência continua.

41. Nas economias de Mercado Emergentes, as pressões inflacionárias estão diminuindo com a redução dos preços do petróleo. Para alguns, esse abrandamento foi parcialmente compensado pelas depreciações cambiais nos preços domésticos.

Gráfico 2: Inflação Mundial



Fonte: FMI, WEO, Abril, 2019

42. Para o grupo de economias avançadas, espera-se se uma inflação de 1.6% em 2019 (EUA, Zona Euro, Japão) refletindo a contínua recuperação cíclica da procura e, perspectiva-se que a médio prazo, se mantenha constante (2%) devido a tensões comerciais e expectativas de crescimento global mais lento.

43. No grupo das economias emergentes e em desenvolvimento (China, Brasil, Rússia, Índia) espera-se um aumento da inflação, de 4.8% em 2018 para 4.9% em 2019. Essas médias ponderadas ocultam significativamente a heterogeneidade entre os países, dependendo de suas posições cíclicas, bem como do impacto das depreciações da moeda e do aumento dos preços da energia.

44. As pressões inflacionárias na África Subsaariana foram amplamente atenuadas, pelos programas de crescimento económico com a estabilidade de preços, minimizando os custos dos ajustes estruturais (reformas nas empresas públicas, liberalização dos acordos para a flexibilidade dos preços agrícolas ao produtor, redução das restrições aos fluxos de capital, estimulando o investimento estrangeiro). Apesar dos esforços, espera-se uma desaceleração continua a médio prazo, atingindo 6.8% até 2022. Na África do Sul, a inflação moderou para 4.8% em 2018, depois de ter atingido 5,3% em 2017, como resultado do abrandamento das condições de seca. Contudo, espera-se que volte a 5.3% em 2019 com o desaparecimento dos efeitos deflacionários temporários.

2.2.4. Riscos sobre a Perspectiva Internacional

45. As perspectivas globais de crescimento do PIB, do comércio, da inflação e dos preços, poderão ser influenciados negativamente por factores adversos, segundo as organizações mundiais (FMI, Banco Mundial, OMC), a destacar:

- (i) Tensões comerciais e uma deterioração das condições financeiras. O aumento das incertezas no comércio internacional elevará a pressão sobre o investimento, abalando as cadeias produtivas mundiais. Um aperto mais forte das condições financeiras, teria custos especialmente altos, tendo em conta os níveis elevados de endividamento dos sectores privado e público dos países;
- (ii) A persistência das tensões comerciais, poderá desencadear vendas abruptas nos mercados financeiros e de commodities, como ocorreu em 2015 e 2016;
- (iii) O suspense em torno do Brexit, na Europa, e o alto custo das repercussões entre os riscos soberanos e financeiros ainda é uma ameaça;
- (iv) A elevada taxa de juros pelas economias avançadas, poderá afectar as economias em desenvolvimento, em virtude da fuga de capitais e pelo contágio financeiro, com consequências negativas para o comércio;
- (v) As tensões geopolíticas poderiam colocar em risco o fornecimento de recursos, perturbando as redes de produção em algumas regiões;

- (vi) A existência de factores estruturais, como a reorientação da economia chinesa de um sistema baseado no investimento para um focado no consumo, o que pode afectar a demanda de importações;
- (vii) O endurecimento da política monetária nas economias desenvolvidas também contribui para a volatilidade do câmbio.

2.3. PERSPECTIVA DA ECONOMIA NACIONAL

46. A economia nacional continua a enfrentar desafios macroeconómicos derivados de múltiplos choques que vem sofrendo desde 2015, tais como, a variação dos preços das *commodities* no mercado internacional, as condições climatéricas adversas, a insustentabilidade da dívida pública, e a inflação, o que tem resultado no abrandamento acentuado do crescimento.

47. O desempenho do crescimento económico em 2018, alcançou a média anual de 3.3% após a previsão inicial do PES de 4.1%. Esta desaceleração foi motivada, entre outros, pelos choques climatéricos (chuva excessiva na zona norte e seca na zona sul do país), pela queda dos preços dos principais produtos exportados e pela fraca procura interna, que ditaram o modesto desempenho dos sectores da Agricultura, Indústria de Extracção Mineira e Transportes e Comunicações.

2.3.1. Pressupostos Macroeconómicos

48. As perspectivas do PES para 2019, apontam para um crescimento da economia em 4.7% do PIB, no entanto, os resultados do crescimento de 2018 (3.3%) conjugados com os choques climatéricos, conduziram a uma revisão das projecções em baixa do crescimento económico para 2.5%. O desastre natural que recentemente assolou o País, tem um impacto significativo sobre as perspectivas de crescimento e sobre a inflação no curto e médio prazo, segundo ilustra a tabela abaixo.

Tabela 3: Cenários de Crescimento

Cenário 1: Recuperação de Crescimento	2018 Real	2019 Prop	>>Projeção<<		
			2020	2021	2022
PIB nominal (milhões de MT)	859 019,3	1 021 028	1 119 879	1 239 134	1 382 736
Crescimento real do PIB (%)	3,3%	4,7%	3,8%	4,5	5,1
Inflação media anual (%)	3,9%	6,5%	6,2%	6,0%	5,7%
Taxa de cambio media anual (MT/USD)	60,0	60,5	60,0	-	-
Cenário 2: Crescimento Moderado	>>Projeção<<				
PIB nominal (milhões de MT)	859 019,3	964 399,3	1 097 140	1 234 391	1 402 221
Crescimento real do PIB (%)	3,3%	3,8%	3,9	4,3%	4,8%
Inflação media anual (%)	3,9%	6,5%	6,0%	5,6%	5,6%
Taxa de cambio media anual (MT/USD)	60,0	62,0	60,0	-	-
Cenário 3: Crescimento Conservador	>>Projeção<<				
PIB nominal (milhões de MT)	859 019,3	951 904	1 094 168	1 234 166	1 399 342
Crescimento real do PIB (%)	3,3%	2,5%	3,6%	4,1%	4,8%
Inflação media anual (%)	3,9%	7,0%	6,5%	6,5%	6,5%
Taxa de cambio media anual (MT/USD)	60,0	64,0	64,0	-	-

Fonte: Quadro Macroeconómico, MEF

49. Esta previsão (assumindo cenário de crescimento conservador) considera que a região centro do País apresenta um peso de 30%³ no PIB e assume-se que o choque da oferta decorrente do Ciclone Idai, tenha gerado uma queda de mais de 60% da capacidade produtiva naquela região do País.
50. Para 2020, espera-se uma recuperação da actividade económica, com uma previsão de um crescimento económico de 3.6% reflectindo os efeitos positivos do Plano de Reconstrução da zona centro do País. De acordo com as estimativas preliminares, o Plano de Reconstrução está avaliado em cerca de USD 800 milhões, dos quais USD 500 milhões destinam-se à reconstrução de infra-estruturas económicas e sociais e o remanescente destinado ao sector da agricultura ⁴ (Banco Mundial, 2019). E posteriormente possa estabilizar-se em torno de 4.8% até 2022.
51. O quadro a seguir sumariza o desempenho e a perspectiva da produção dos principais sectores de actividade económica.

³ Média dos últimos 5 anos calculado com base nos dados do INE.

⁴ World Bank (2019). "Cyclone IDAI Mozambique: Global Rapid Post Disaster Damage Estimation (Grade) – Preliminary Report

Tabela 4: Taxa de Crescimento Sectorial

Taxas de Crescimento Sectoriais (%)	2018 Real	2019 Lei	2019 Cen 2	2019 Cen 3	2020 >>Projeção<<	2021	2022
Agricultura	3,5	5,5	4,0	2,0	4,0	4,8	5,0
Pescas	3,5	6,3	4,5	3,0	4,5	4,0	4,0
Ind. Extraç. Mineira	11,7	16,5	13,0	12,0	13,5	14,0	20,9
Industria Transformadora	2,5	1,3	3,0	2,0	1,0	1,5	4,0
Electricidade Gaz e Água	-0,05	-2,0	1,0	1,0	1,0	1,0	2,0
Construção	-1,2	1,0	0,5	0,5	4,0	5,0	6,0
Comércio e Serv. Reparação	2,5	2,4	3,0	1,0	1,0	1,5	1,2
Hoteis e Restaurantes	2,7	1,0	3,0	3,0	2,0	2,0	2,5
Transportes, Armazenagem e Informação e Comunicações	3,0	7,0	3,0	1,5	3,2	3,8	4,0
Serviços Financeiros	1,8	2,8	2,0	2,0	3,0	2,0	1,0
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	1,5	1,7	2,0	2,0	3,0	3,5	3,8
Administração Publica	5,1	4,2	5,5	5,0	4,5	5,0	5,0
Educação	6,1	7,5	7,0	5,5	6,0	6,5	7,0
Saúde e Acção Social	2,8	4,5	3,0	3,0	4,5	5,0	5,5
Outros Serviços	0,2	1,0	1,0	1,0	2,0	1,0	1,0
PIB Real	3,3	4,7	3,8	2,5	3,6	4,1	4,8

Fonte: MEF-Quadro Macro

52. As perspectivas de crescimento sectorial indicam que a agricultura continuará a ter um grande peso no PIB, embora permaneça o desafio em melhorar a resiliência às condições climáticas. Não obstante o sector da indústria extractiva (impulsionado pela melhoria dos preços do mercado internacional) e dos transportes e comunicações.
53. No médio prazo, espera-se que a economia apresente um crescimento de 4.2% para o período do CFMP 2020-2022, como resultado de uma consolidação fiscal gradual, associada com a estabilidade dos preços do carvão, alumínio e gás, bem como a recuperação após *IDA* na agricultura.
54. **Agricultura:** as projecções indicam que o sector agrário irá crescer em 2.0%, em 2019, representando um decréscimo em 1.5% em relação ao realizado de 3.5% em 2018. Vai contribuir para este decréscimo, o recente desastre natural que destruiu parte das culturas nas regiões do centro e norte do País, pondo em causa a produção e produtividade. Espera-se uma recuperação em cerca de 5% no médio prazo, como resultado do aumento da produção de cereais e de melhoria das sementes resistentes a desastres naturais.
55. **Indústrias Extractivas:** as indicações de produção para este sector em 2019, apontam para um abrandamento. Mas para o triénio prevê-se uma recuperação, e que alcance 20,9%, devido aos investimentos que se prevê do gás natural.

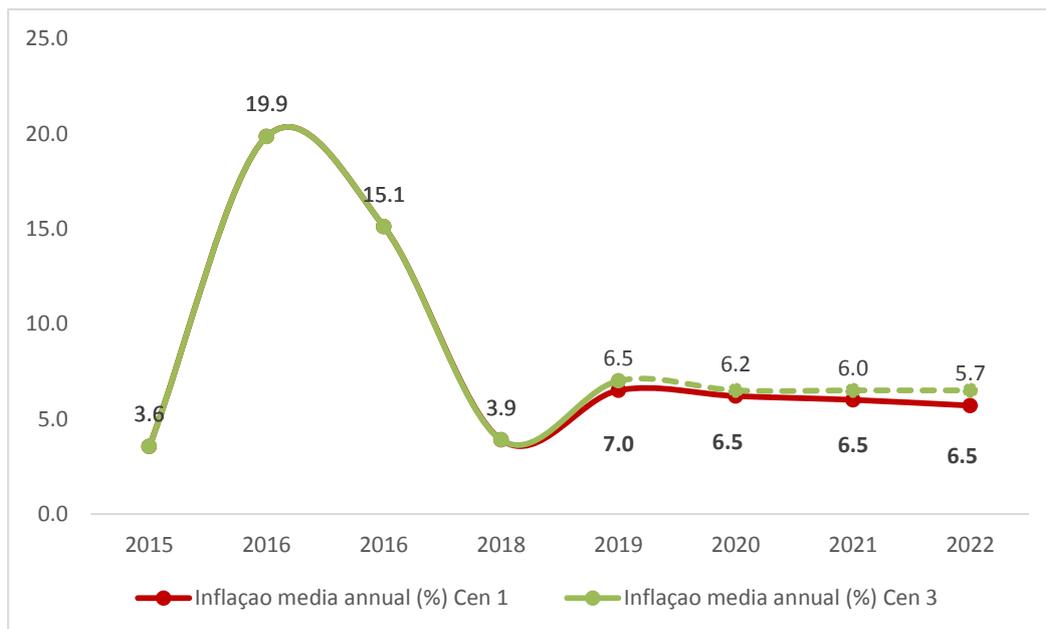
56. **Construção:** neste sector, espera-se um crescimento em média em torno de 5.0% ao longo do triénio, que resultará em investimentos a realizar-se na construção e reabilitação das infra-estruturas públicas e privadas.
57. **Electricidade, Gás e Água:** em 2019 a produção de **energia eléctrica** irá registar um ligeiro crescimento de **1.0%** quando comparada com as previsões iniciais em 2018 que indicavam cerca de -2.0%. Este crescimento de 3,0pp justifica-se pelo facto de a HCB aumentar a sua produção devido a melhoria gradual no armazenamento de água na albufeira.
58. **Transporte e Armazenagem:** o fraco desempenho registado neste sector, será influenciado negativamente no ramo de comunicação devido as chuvas torrenciais que desabaram a maioria dos postes de rede móvel na zona centro. E no ramo de transporte, redução do tráfego de passageiros que usam o meio rodoviário devido ao efeito de chuvas torrenciais caídas, que provocaram interrupção temporária do tráfego na N6. Para o triénio prevê-se uma recuperação como corolário de investimentos nos ramos rodoviário, ferroviário e comunicações.
59. **Educação:** em 2019, prevê-se que este sector cresça em 5.5%, resultando num decréscimo face a previsão inicial (7.5%), devido ao choque climatérico na zona centro e norte, que desabou inúmeras salas de aulas prejudicando o ensino no primeiro semestre. Para o triénio, prevê-se uma recuperação impulsionada pelos investimentos na reconstrução de escolas e salas de aulas com vista a melhorar as condições de ensino e aprendizagem.
60. **Saúde e Acção Social:** em 2019, as estimativas deste sector, apontam para uma desaceleração de 1.5pp face a previsão inicial, devido aos desastres que ocorreram nos hospitais da zona centro e norte. Ao longo do triénio, prevê-se uma recuperação, influenciada pela reconstrução de hospitais e aumento do atendimento nas consultas externas, nos partos institucionais e nos internamentos, assim como pelo incremento do número de beneficiários dos programas de protecção social (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres chefes de agregado familiar).

2.3.1.1 Inflação

61. Em 2018 a inflação média anual manteve-se baixa e estável em 3.9%, significativamente abaixo do objectivo estabelecido pelo Governo de 11.9%. Devido a combinação das medidas restritivas de políticas monetária e fiscal, sobretudo as seguintes:

- Redução dos preços dos produtos administrados, de onde se destaca a ligeira redução dos preços dos combustíveis líquidos em linha com o declínio recente do preço internacional do barril do petróleo;
- Relativa estabilidade da taxa de câmbio do Metical face ao Dólar americano;
- Redução dos custos de produção, decorrente da redução generalizada das taxas de juro;
- Redução dos custos de importação dos combustíveis.

Gráfico 3: Inflação Média Anual



Fonte: MEF, Projecções Macroeconómicas, 2018/2019

62. Prevê-se uma aceleração da inflação anual entre 6.0% a 8.0% até finais de 2019, mantendo-se a médio prazo em torno de 6.5%. Embora a aceleração esperada em 2019, resultante do impacto do ciclone IDAI, antecipa-se que a inflação se manterá na banda de um dígito.

III. OBJECTIVO MACRO-FISCAL E AS MEDIDAS DE POLÍTICA

63. O objectivo de médio prazo, continua assente no restabelecimento da estabilidade macroeconómica, na recuperação gradual do crescimento da economia através da criação de condições para o aumento constante e diversificado da base produtiva (investimento público e privado), com maior abertura do crédito para a economia, e contenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos.

64. No âmbito da **Política Fiscal** prosseguir-se-á com o princípio da consolidação fiscal iniciado em 2015, que visa a: (i) melhoria da arrecadação da receita interna (*apostando na implementação de reformas de Política Tributária (PT) e de modernização da administração e de procedimentos na cobrança de receitas*); (ii) *Racionalização da despesa com base em medidas de contenção de custos*; (iii) *Reforma do sector empresarial do Estado*, e (iv) *Autonomia Faseada do Fundo de Pensões de Funcionários e Agentes do Estado*.

65.1 Melhoria das Fontes de arrecadação da Receita Interna - (i) Operacionalização das máquinas fiscais em todo território nacional; (ii) Marcação de combustíveis; (iii) Marcação de carga em trânsito; (iv) Intensificação das campanhas de fiscalização a facturação em sede do IVA; (v) Fiscalização e auditoria pós desembarço em sede do imposto sobre o Comércio Externo; (vi) Início de actividades de 5 novas áreas de prospecção do gás e petróleo;

65.2 Racionalização dos gastos públicos – (i) Fixação dos limites de despesas de combustível e serviços de telefonia móvel para os Dirigentes Superiores do Estado, Titulares de Cargos Governativos, membros dos órgãos sociais do sector empresarial do Estado, dos Institutos e Fundos Públicos, e outras instituições do Estado com autonomia administrativa e financeira; (ii) A racionalização das despesas com salários, sendo apenas permitidas novas admissões para os sectores de saúde, educação e agricultura (extensionistas), para os demais, devendo-se privilegiar a mobilidade de pessoal; (iv) Limitação de projectos de apoio institucional.

65.3 Reforma do sector empresarial do Estado – (i) Fusão e extinção de institutos e empresas públicas.

65.4 Autonomia Faseada do Fundo de Pensões de Funcionários e Agentes do Estado - Racionalização de gastos com pensões através do mecanismo de Prova de Vida iniciado em 2017.

65. Pretende-se neste período do CFMP orientar a PF no sentido de continuar a aprofundar a consolidação fiscal por forma a alcançar a sustentabilidade orçamental e maior controlo dos riscos fiscais, através da monitoria dos principais indicadores fiscais, apresentados na tabela 5 abaixo.

66. Os indicadores de Política Fiscal (PF), que são de capital importância, pois, aumenta a credibilidade dos agentes económicos e de mercado, bem como abrem espaço para definição de uma política fiscal articulada aos objectivos de Governo.

Tabela 5: Indicadores Fiscais

Indicadores Fiscais	2018	2019	2019	2020	2021	2022
	REO	LEI	Actual	Projeção CFMP		
Receitas do Estado	24,7%	24,4%	23,9%	23,7%	24,3%	24,7%
Despesas Totais	34,5%	39,6%	35,3%	32,3%	30,8%	28,5%
Defice Orçamental	-9,8%	-15,2%	-11,4%	-8,6%	-6,5%	-3,8%
Salários & Remunerações/PIB	10,8%	9,9%	11,4%	11,3%	10,9%	10,1%
Saldo antes de Donativos/PIB	-6,3%	-6,3%	-7,9%	-5,1%	-5,0%	-5,0%
Saldo Global Após Donativos/PIB	-4,5%	-3,6%	-4,0%	-3,1%	-3,0%	-3,0%
Saldo Primário/PIB	-1,5%	-0,1%	-0,2%	-0,2%	0,1%	0,2%
Dívida Pública/PIB	111,7%	122,6%	123,1%	131,0%	138,0%	144,0%
Crédito Líquido ao Governo (CLG)/PIB	4,0%	1,0%	0,6%	0,5%	0,6%	0,6%

Fonte: Mapa Fiscal, 2018/2019 e Projeções do CFMP 2020 - 2022

67. Como resultado do princípio da Consolidação Fiscal, espera-se que os salários e remunerações em % do PIB, mostre uma tendência decrescente no período do CFMP.

68. As receitas contribuirão para melhorar a posição fiscal, particularmente em termos de reformas de políticas e administração tributária, para uma maior e eficaz mobilização de receitas internas. Em termos de despesa assume-se que a contenção da despesa primária irá dominar o ajuste (despesa com pessoal, despesa com bens e serviços, priorização na afectação de recursos, entre outros).

69. O saldo primário tenderá a melhorar no médio prazo situando em 0.2% do PIB em 2022, significando que o governo poderá conseguir, nesse momento, pagar uma parte dos juros da dívida evitando o crescimento dos juros não pagos da dívida anterior. No

entanto, **o governo necessitará** de um **saldo primário superior** (*por forma a conseguir pagar os juros e uma parte do saldo dos empréstimos, diminuindo deste modo a dívida ao longo do tempo*) ou **igual** (*conseguirá pagar os juros da dívida e esta tenderá a ser constante ao longo do tempo*).

70. A dívida pública tenderá a crescer, na medida em que os juros não pagos serão somados aos valores da dívida anterior. Sendo superior o valor dos juros ao resultado primário significando que estão a ser pagos por refinanciamento, o que poderá provocar um aumento da dívida.
71. No âmbito da **Política Monetária**, privilegiar-se-á uma política monetária prudente. Assim, prevê-se implementar a taxa de juro de política variável instrumental - taxa MIMO e por esta via, influenciar as demais taxas de juro do mercado monetário interbancário e as taxas de juro a retalho, assim como, a monitoria da evolução dos agregados monetários.
72. A nível do **Mercado Cambial**, as intervenções tomarão em conta a necessidade de providenciar um nível de reservas internacionais brutas adequado para cobrir as necessidades de importação de bens e serviços não factoriais para o País.
73. As perspectivas de inflação de curto e médio prazos ponderados os riscos associados, visam a manutenção, em:
- i. 14.25% - a taxa de juro de política monetária, a taxa MIMO;
 - ii. 17.25% - a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez (FCP);
 - iii. 11.25% - a taxa de juro da facilidade permanente de depósito;
 - iv. 14% - o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda estrangeira; e
 - v. 36% - o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda estrangeira.

IV. PERSPECTIVAS DA RECEITA E DA DESPESA

74. O CFMP faz a projecção das despesas em função dos recursos disponíveis para cada ano do período. Deste modo, surge a necessidade da sua actualização anual, dado que a

disponibilidade de recursos é dinâmica e sensível à mudanças que ocorram no ambiente político, económico e social, quer seja a nível nacional ou internacional (sobretudo nos países parceiros).

4.1. Projecção de Recursos Internos e Externos

75. A tabela abaixo, mostra o montante de Recursos Internos e Externos e a sua projecção no período 2020 – 2022. E pode-se verificar que o total de recursos programados entre 2020 e 2022, poderá passar de 208.611,3 milhões de meticais para 266.918,0 milhões de meticais. Os Recursos Internos para 2022 representam 23.5% do PIB, o equivalente a um aumento de 0.7pp, comparativamente a 2020 (25.6%). E os Recursos Externos representam um crescimento em média em torno de 5% do PIB, no período do CFMP.

76. As receitas fiscais continuam a ser a maior fonte de receita, com o peso médio de 84.3% no Total das Receitas do Estado. E neste período (2020 – 2022) será impulsionada pela continuidade de reformas fiscais e melhoria dos procedimentos de cobrança de receitas, como a fiscalização da selagem de bebidas e tabaco manufacturado, bem como de mercadorias nos estabelecimentos comerciais, que influenciará numa maior arrecadação dos grandes impostos (IVA, IRPC, IRPS, ICE, Imposto sobre a produção de minas e petróleo).

Tabela 6: Projecção dos Recursos Internos e Externos

Em Milhões de Meticais	2018	2019	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2019	2020	2021	2022
	REO	LEI	Actual		Projecção		REO	LEI	Actual	Projecção		
1. Receitas fiscais	177,212.5	206,355.9	189,016.0	208,611.3	236,820.2	266,918.0	20.6%	20.2%	19.9%	19.8%	20.5%	21.0%
Impostos sobre Rendimentos	89,023.6	102,100.9	91,401.4	104,029.5	117,313.2	131,380.4	10.4%	10.0%	9.6%	9.9%	10.2%	10.4%
Impostos sobre Bens e Serviços	79,923.4	95,942.2	89,847.3	95,369.9	110,269.8	126,326.8	9.3%	9.4%	9.4%	9.1%	9.6%	10.0%
Outros Impostos	8,265.5	8,312.7	7,767.3	9,211.9	9,237.3	9,210.7	1.0%	0.8%	0.8%	0.9%	0.8%	0.7%
2. Receitas não fiscais	1,796.0	5,703.6	4,329.4	6,103.6	6,927.9	7,877.8	0.2%	0.6%	0.5%	0.6%	0.6%	0.6%
3. Receitas consignadas	17,825.6	17,462.3	17,462.3	19,260.4	20,783.8	22,489.9	2.1%	1.7%	1.8%	1.8%	1.8%	1.8%
4. Receitas Próprias	10,019.9	6,800.9	8,800.9	7,987.4	8,082.6	8,147.3	1.2%	0.7%	0.9%	0.8%	0.7%	0.6%
5. Receitas de Capital	5,243.2	7,905.3	7,905.3	7,905.3	8,140.3	8,373.1	0.6%	0.8%	0.8%	0.8%	0.7%	0.7%
6. Total Receitas Correntes (1+2+3+4)	206,854.1	236,322.7	219,608.5	241,962.7	272,614.6	305,433.0	24.1%	23.1%	23.1%	23.0%	23.6%	24.1%
7. Total Receita do Estado (5+6)	212,097.3	249,502.0	227,513.8	249,868.0	280,754.9	277,822.9	24.7%	24.4%	23.9%	23.7%	24.3%	21.9%
8. Credito Interno	19,051.0	19,447.3	19,447.4	19,447.3	19,629.2	20,498.8	2.2%	1.9%	2.0%	1.8%	1.7%	1.6%
9. Donativo Interno	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
10. Total Recursos Internos (7+8+9)	231,148.3	268,949.3	246,961.2	269,315.4	296,047.4	298,321.7	26.9%	26.3%	25.9%	25.6%	25.6%	23.5%
11. Donativos Externos	15,422.3	27,740.5	37,490.5	20,806.7	21,245.7	21,643.1	1.8%	2.7%	3.9%	2.0%	1.8%	1.7%
Projectos de Investimento	8,615.6	23,227.1	23,227.1	12,293.9	13,163.1	14,128.5	1.0%	2.3%	2.4%	1.2%	1.1%	1.1%
Programas Especiais	6,806.7	4,513.5	4,513.5	8,512.8	8,082.6	7,514.6	0.8%	0.4%	0.5%	0.8%	0.7%	0.6%
Contravalores (Apoio ao Orçamento)	0.0	0.0	9,750.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	0.0%	1.0%	0.0%	0.0%	0.0%
12. Crédito Externo	37,557.2	43,724.9	51,407.9	34,485.2	38,103.7	42,225.6	4.4%	4.3%	5.4%	3.3%	3.3%	3.3%
Projectos de Investimento	24,516.6	34,561.6	34,561.6	24,863.8	27,711.8	30,970.2	2.9%	3.4%	3.6%	2.4%	2.4%	2.4%
Contravalores	13,040.6	9,163.3	16,846.3	9,621.5	10,391.9	11,255.5	1.5%	0.9%	1.8%	0.9%	0.9%	0.9%
Apoio Directo ao Orçamento	0.0	0.0	7,683.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	0.0%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%
Acordos de Retrocessão	13,040.6	9,163.3	9,163.3	9,621.5	10,391.9	11,255.5	1.5%	0.9%	1.0%	0.9%	0.9%	0.9%
13. Total Recursos Externos (11+12)	52,979.5	71,465.5	88,898.5	55,292.0	59,349.4	63,868.7	6.2%	7.0%	9.3%	5.2%	5.1%	5.0%
14. Total de Recursos (10+13)	284,127.8	340,414.7	335,859.6	324,607.3	355,396.8	362,190.4	33.1%	33.3%	35.3%	30.8%	30.8%	28.5%

Fonte: Mapa Fiscal, 2018/2019 e Projecções do CFMP 2020 - 2022

4.2. Projecção das Despesas

77. A definição de medidas de racionalização da despesa pública e identificação de acções prioritárias na afectação de recursos a nível dos sectores de actividades económicas e sociais, conduzem a uma expectativa de redução da despesa corrente primária (em termos do PIB) entre 2020 e 2022.

Tabela 7: Projecção das Despesas

Em Milhões de Metcais	2018	2019	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2019	2020	2021	2022
	REO	LEI	Actual	Projecção			REO	LEI	Actual	Projecção		
1. Despesa com Pessoal	96,610.5	104,624.8	112,241.1	123,570.6	130,476.3	132,966.0	11.2%	12.2%	11.8%	11.7%	11.3%	10.5%
Salários e Remunerações	92,999.6	100,679.7	108,296.0	119,125.6	125,857.7	128,166.8	10.8%	11.7%	11.4%	11.3%	10.9%	10.1%
2. Bens e Serviços	29,677.9	31,224.2	25,624.2	25,974.2	26,324.2	26,674.2	3.5%	3.6%	2.7%	2.5%	2.3%	2.1%
3. Encargos da Dívida (juros)	25,824.4	35,000.0	36,000.0	41,893.2	41,544.6	45,683.2	3.0%	4.1%	3.8%	4.0%	3.6%	3.6%
Dívida Interna	17,180.2	24,000.0	24,000.0	29,319.6	27,711.8	30,455.5	2.0%	2.8%	2.5%	2.8%	2.4%	2.4%
Dívida Externa	8,644.2	11,000.0	12,000.0	12,573.6	13,832.8	15,227.7	1.0%	1.3%	1.3%	1.2%	1.2%	1.2%
4. Transferências Correntes	24,056.1	22,970.7	24,537.3	26,759.2	28,369.0	30,140.6	2.8%	2.7%	2.6%	2.5%	2.5%	2.4%
5. Subsídios	913.9	1,100.9	1,100.9	1,100.9	1,100.9	1,100.9	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
6. Outras Despesas Correntes	1,860.7	1,036.5	1,036.5	1,036.5	1,154.7	1,289.8	0.2%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
7. Exercícios Findos	183.0	200.0	200.0	230.9	230.9	229.5	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
8. Despesas de Capital	174.4	435.5	435.5	489.9	577.3	679.1	0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.1%	0.1%
9. Despesa Corrente Primária (1+2+4+5+6+7)	153,302.1	161,157.2	164,740.1	178,672.3	187,656.0	192,401.0	17.8%	18.8%	17.3%	17.0%	16.3%	15.2%
10. Despesa de Funcionamento (3+8+9)	179,300.9	196,592.6	201,175.5	221,055.4	235,229.3	238,763.3	20.9%	22.9%	21.1%	21.0%	20.4%	18.8%
11. Investimento Interno	32,747.4	40,017.9	29,779.9	26,995.9	31,175.7	34,380.0	3.8%	4.7%	3.1%	2.6%	2.7%	2.7%
12. Investimento Externo	39,938.9	62,302.1	62,302.1	31,570.5	41,567.7	36,370.3	4.6%	7.3%	6.5%	3.0%	3.6%	2.9%
13. Despesas de Investimento (11+12)	72,686.3	102,320.1	92,082.1	58,566.4	72,743.4	70,750.3	8.5%	11.9%	9.7%	5.6%	6.3%	5.6%
14. Operações Financeiras	44,563.9	41,502.0	42,602.0	44,985.5	47,424.1	52,676.7	5.2%	4.8%	4.5%	4.3%	4.1%	4.2%
15. Despesas Totais incl. OF (10+13+14)	296,551.1	340,414.7	335,859.6	324,607.3	355,396.8	362,190.3	34.5%	39.6%	35.3%	30.8%	30.8%	28.5%

Fonte: Mapa Fiscal, 2018/2019 e Projecções do CFMP 2020 - 2022

78. Nas despesas de funcionamento, prevê-se uma redução na rubrica de salários e remunerações de 11.3% em 2020 para 10.1% do PIB em 2022. Esta tendência poderá estar relacionada com a limitação das admissões de novos funcionários para administração pública privilegiando a mobilidade de quadros.

79. As despesas de bens e serviços irão registar uma redução de 2.5% em 2020 para 2.1% do PIB em 2022. Esta tendência poderá mostrar o efeito das medidas de contenção sobretudo para as despesas com combustíveis, comunicações e passagens aéreas para dentro e fora do país.

4.3. Equilíbrio Orçamental

80. Para garantir a estabilidade económica , e assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é necessário que se garanta o equilíbrio Orçamental. O equilíbrio orçamental traduz-se na capacidade de financiamento das despesas públicas através dos recursos internos e externos. A tabela abaixo ilustra como os recursos totais serão utilizados para realizar as despesas do Estado, no período de 2020-2022.

Tabela 8: Mapa de Equilíbrio Orçamental

Em Milhões de Meticais	2018	2019	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2019	2020	2021	2022
	REO	LEI	Actual	Projeccao			REO	LEI	Actual			
Total de Recursos	284,127.8	340,414.7	335,859.6	324,607.3	355,396.8	362,190.3	33.1%	33.3%	35.3%	30.8%	30.8%	28.5%
Recursos Internos	231,148.3	268,949.3	246,961.2	269,315.4	296,047.4	298,321.6	26.9%	26.3%	25.9%	25.6%	25.6%	23.5%
Receita do Estado	212,097.3	249,502.0	227,513.8	249,868.0	280,754.9	277,822.9	24.7%	24.4%	23.9%	23.7%	24.3%	21.9%
Credito Interno	19,051.0	19,447.3	19,447.4	19,447.3	19,629.2	20,498.8	2.2%	1.9%	2.0%	1.8%	1.7%	1.6%
Donativo Interno	-	-	-	-	-	-	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Recursos Externos	52,979.5	71,465.5	88,898.5	55,292.0	59,349.4	63,868.7	6.2%	7.0%	9.3%	5.2%	5.1%	5.0%
Donativos	15,422.3	27,740.5	37,490.5	20,806.7	21,245.7	21,643.1	1.8%	2.7%	3.9%	2.0%	1.8%	1.7%
Credito Externo	37,557.2	43,724.9	51,407.9	34,485.2	38,103.7	42,225.6	4.4%	4.3%	5.4%	3.3%	3.3%	3.3%
Total de Despesas incl. Ope. Financ.	284,127.8	340,414.7	335,859.6	324,607.3	355,396.8	362,190.3	33.1%	33.3%	35.3%	30.8%	30.8%	28.5%
Despesas de Funcionamento	166,877.6	196,592.6	201,175.5	221,055.4	235,229.3	238,763.3	19.4%	19.3%	21.1%	21.0%	20.4%	18.8%
Despesas de Investimento	72,686.3	102,320.1	92,082.1	58,566.4	72,743.4	70,750.3	8.5%	10.0%	9.7%	5.6%	6.3%	5.6%
Investimento Interno	32,747.4	40,017.9	29,779.9	26,995.9	31,175.7	34,380.0	3.8%	3.9%	3.1%	2.6%	2.7%	2.7%
Investimento externo	39,938.9	62,302.1	62,302.1	31,570.5	41,567.7	36,370.3	4.6%	6.1%	6.5%	3.0%	3.6%	2.9%
Operações Financeiras	44,563.9	41,502.0	42,602.0	44,985.5	47,424.1	52,676.7	5.2%	4.1%	4.5%	4.3%	4.1%	4.2%

Fonte: Mapa Fiscal, 2018/2019 e Projeções do CFMP 2020 - 2022

81. A tabela acima, mostra que o volume total dos recursos no período de 2020-2022, passa de 324.607,3 para 362,190.3 milhões de meticais. Estes montantes serão garantidos em média em 82.8% do total de recursos e 17.1% pelo total de Recursos.. O valor total de recursos abrange todas as despesas do Estado incluindo as operações financeiras. Portanto, apenas parte desta será alocada para as despesas sectoriais e territoriais.

82. Conforme se pode observar **na tabela de Equilíbrio Orçamental**, a previsão da Despesa em 2019, iguala o total de recursos, no montante de 340.414,7 milhões de MT, sendo que, as Despesas de Funcionamento alcançarão 196.592,6 milhões de MT, as de Investimento 102.320,1 milhões de MT e as Operações Financeiras, o montante de 41.502,0 milhões de MT, equivalentes a 19.3%, 10.0% e 4.1% do PIB, respectivamente, assegurando-se deste modo o princípio do Equilíbrio Orçamental.

V. AFECTAÇÃO DE RECURSOS

83. Deste modo, o total de recursos disponíveis para o triénio divide-se em **recursos não sectoriáveis (EGEs)**, que destinam-se a suportar as despesas dos encargos gerais, e em **recursos sectoriáveis** que servem de base para afectação nos níveis central e territorial. A tabela 9 abaixo, mostra a distribuição geral das despesas do Estado sectoriáveis e não sectoriáveis a serem financiadas com o total de recursos disponíveis para o triénio.

Tabela 9: Recursos Sectoriais e Não Sectoriais

<i>Em Milhões de Metcias</i>	2018	2019	2019	2020	2021	2022
	REO	Lei	Actual	Projeção CFMP		
Total de Recursos Internos Disponível	231 148,3	268 949,3	246 961,2	269 315,4	300 384,1	298 321,6
Receita do Estado	212 097,3	249 502,0	227 513,8	249 868,0	280 754,9	277 822,9
Credito Interno	19 051,0	19 447,3	19 447,4	19 447,3	19 629,2	20 498,8
Total de Despesas Inc. Oper. Financeiras	231 148,3	340 414,7	335 859,6	324 607,3	355 396,8	362 190,3
Recursos Não Sectorial	92 293,83	125 961,21	110 894,04	124 798,51	126 706,69	125 836,70
Encargos Gerais do Estado Correntes (E.G.E)	84 752,77	115 920,14	100 761,15	116 753,51	126 135,57	126 337,66
Despesa com Pessoal (Política Salarial)	9 376,6	7 530,0	7 530,0	10 829,6	10 829,6	10 829,6
Bens e Serviços	611,7	2 796,7	3 000,0	3 000,0	708,1	708,1
Encargos da Dívida	25 824,4	35 000,0	35 000,0	41 893,2	40 679,7	40 679,7
Transferências Correntes	21 985,3	19 798,5	19 295,5	23 441,1	22 457,2	22 659,3
dq/Pensões	14 116,4	11 619,4	11 116,4	13 391,8	12 810,4	12 810,4
Autarquias (FCA+FIIA)	4 202,9	4 513,1	4 513,1	5 100,0	5 605,0	5 605,0
Programa sociais do INAS	3 666,0	3 666,0	3 666,0	3 849,3	4 041,8	4 243,9
Sub. Reintegracao				1 100,0		
Subsídios	735,5	1 100,9	1 100,9	1 100,9	883,0	883,0
Outras Despesas Correntes	1 860,7	7 865,5	1 250,0	1 036,5	1 058,4	1 058,4
Exercícios Findos	125,0	350,0	350,0	430,9	137,8	137,8
Operacoes Financeiras passivas	24 233,5	41 478,5	33 234,7	35 021,3	49 381,8	49 381,8
Encargos Gerais do Estado Investimento(E.G.E)	7 541,1	10 041,1	10 041,1	8 045,0	5 045,0	5 045,0
EGES's Capital	7 541,1	10 041,1	10 041,1	8 045,0	5 045,0	5 045,0
Eleicoes		6 500,0	6 500,0	3 000,0		
Autarquias (FIIA)			1 504,0	1 504,0	1 504,0	1 504,0
Outros		151,9		3 541,0	3 541,0	3 541,0
Recursos Sectoriais	138 854,5	142 988,1	136 067,1	144 516,9	173 677,4	172 484,9
% do PIB	15,1%		14,7%	13,6%	14,6%	23,8%
% da Receita Total	60,1%		55,1%	56,1%	57,8%	57,8%
% da Despesa Total	60,1%		64,5%	56,1%	57,8%	57,8%

Fonte: Mapa Fiscal 2018/2019 Projeções CFMP 2020-2022

84. As despesas do Estado subdividem-se em despesas gerais (EGEs) e Sectoriais. As despesas sectoriais são compostas pelas despesas de funcionamento e investimento. Do total de Recursos Internos, 46.5% representam os recursos não sectoriais (EGEs), e 53.6% serão alocados aos diferentes sectores da economia em 2020, respectivamente.

85. Para 2020 verifica-se uma grande pressão nas despesas Gerais do Estado, onde foram acomodadas entre outras grandes despesas a política salarial, encargos da dívida, programas sociais e pensões. Espera-se que esta tendência tende a manter-se até 2022, devido aos acontecimentos esperados, sobre tudo, a tomada de posse do novo governo.

Tabela 10: Recursos alocados para Funcionamento e Investimento

Em Milhões de Metícias

	2018	2019	2019	2020	2021	2022
	REO	Lei	Actual	Projeção do CFMP		
Funcionamento	84,4%	84,4%	95,0%	84,4%	84,4%	84,4%
	117 141,99	120 629,22	129 203,90	121 918,96	146 519,73	145 513,71
Investimento	15,6%	15,6%	5,0%	15,6%	15,6%	15,6%
	21 712,48	22 358,84	6 863,23	22 597,90	27 157,69	26 971,22
TOTAL	138 854,47	142 988,06	136 067,13	144 516,86	173 677,43	172 484,93

Fonte: Mapa Fiscal 2018/2019 Projeções CFMP 2020-2022

86. Os recursos sectoriais representam 144.516,86 milhões de meticais. Dos quais 84.4% serão alocados nas despesas de funcionamento e 15.6% nas de investimento, em 2020.

5.1. Critérios de Afecção

81. A conjuntura económica do País provocada por factores internos e externos coloca grandes desafios a nível do Orçamento do Estado (maior arrecadação de receitas e racionalização das despesas) e da programação das despesas a médio prazo. Deste modo, surge a necessidade de fortalecer a ligação entre afectação de recursos e os resultados que se pretendem alcançar.

82. Neste contexto, a afectação de recursos para a realização das despesas no triénio 2020-2022, será orientada com vista ao alcance e manutenção de um equilíbrio orçamental sustentável a médio e longo prazo. E continuará a priorizar os sectores económicos e sociais, que providenciam serviços básicos a população (Saúde, Educação, Acção social, Água e saneamento e Justiça) e as áreas com potencial para gerar novas dinâmicas económicas e produtivas, bem como rendimentos adicionais a curto e médio prazo (Agricultura, Infra-estruturas, Energia, Transporte e Comunicações).

83. E tomará como bases as acções estratégicas sectoriais, definidas no âmbito do Balanço do Meio-Termo do PQG, por forma a assegurar o cumprimento das metas do PQG, uma maior racionalização da despesa pública e um maior impacto económico e social.

84. Para o presente CFMP foram utilizados os seguintes critérios:

25.1 Para o nível Central, a afectação de recursos para a realização das despesas no triénio 2020-2022, observou a orientação com vista ao alcance e manutenção de um equilíbrio orçamental sustentável a médio e longo prazo, e priorizou:

- ✓ As acções estratégicas sectoriais, definidas no âmbito do Balanço do Meio-Termo do PQG, por forma a assegurar o cumprimento das metas do PQG;
- ✓ Os sectores económicos e sociais, que providenciam serviços básicos a população (Saúde, Educação, Acção social, Água e saneamento e Justiça) e as áreas com potencial para gerar novas dinâmicas económicas e produtivas, bem como rendimentos adicionais a curto e médio prazo (Agricultura, Infra-estruturas, Energia, Transporte e Comunicações);
- ✓ Outras acções sectoriais para o cumprimento dos planos estratégicos sectoriais.

25.2 Para o nível Provincial, a fixação de limites tomou como base a análise situacional, tendo em conta a População e o Índice da Pobreza Multidimensional por Província, com os seguintes ponderadores:

- (i) População: 70%;
- (ii) Índice da Pobreza Multidimensional: 30% (Consumo – 30%; Água e Saneamento – 30%; Saúde – 20%; Educação – 20%).

25.3 Para o nível Distrital, foram alocados recursos para a componente de investimento nos programas do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) e de Infra-estruturas Distritais, obedecendo os seguintes critérios:

- (i) População: 35%;
- (ii) Superfície: 20%;
- (iii) Receitas Próprias Distritais: 15%;
- (iv) Índice da Pobreza Multidimensional: 30%.

5.2. Afectação Por Prioridades do PQG

85. Os resultados da avaliação de desempenho dos indicadores do PQG, indicam que 46%, dos 91 indicadores avaliados, registaram progressos satisfatórios e que as metas

poderão ser alcançadas. 14% apresentaram desempenho razoável e potencialidades para o cumprimento da meta. E, 30% registaram uma baixa realização, representando um risco de incumprimento.

Tabela 11: Afecção de Recursos por Prioridades

Em Milhões de MT

Prioridades e Pilares	2018 REO	2019 LEI	2020	2021	2022
Prioridade I - Consolidar a Unidade Nacional, Paz e Soberania	31 255,9	28 322,7	27 746,0	27 181,0	26 627,5
Prioridade II - Desenvolver o Capital Humano e Social	87 323,1	107 616,0	161 929,8	243 655,6	366 628,6
Prioridade III - Promover o emprego e melhorar a produtividade e competitividade	10 032,9	14 946,2	20 515,7	28 160,7	38 654,4
Prioridade IV - Desenvolver infraestruturas económicas e sociais	25 482,8	87 638,6	172 356,7	338 969,5	666 642,9
Prioridade V - Assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente	4 609,2	10 825,6	17 386,3	27 922,9	44 845,1
Pilar I - Consolidar o Estado de Direito, Boa Governação e Descentralização	36 350,7	35 367,1	38 057,9	40 953,5	44 069,4
Pilar II - Promover um ambiente Macro-Económico e Sustentável	84 534,4	53 403,0	30 649,3	17 590,3	10 095,5
Pilar III - Reforçar a Cooperação Internacional	2 488,5	2 295,6	2 118,2	1 954,5	1 803,4
TOTAL	282 077,50	340 414,80	470 759,74	726 388,05	1 199 366,81
Prioridades e Pilares	Em % do PIB				
Prioridade I - Consolidar a Unidade Nacional, Paz e Soberania	3,6%	2,8%	2,5%	2,2%	1,9%
Prioridade II - Desenvolver o Capital Humano e Social	10,2%	10,5%	14,8%	19,7%	26,2%
Prioridade III - Promover o emprego e melhorar a produtividade e competitividade	1,2%	1,5%	1,9%	2,3%	2,8%
Prioridade IV - Desenvolver infraestruturas económicas e sociais	3,0%	8,6%	15,8%	27,5%	47,6%
Prioridade V - Assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente	0,5%	1,1%	1,6%	2,3%	3,2%
Pilar I - Consolidar o Estado de Direito, Boa Governação e Descentralização	4,2%	3,5%	3,5%	3,3%	3,1%
Pilar II - Promover um ambiente Macro-Económico e Sustentável	9,8%	5,2%	2,8%	1,4%	0,7%
Pilar III - Reforçar a Cooperação Internacional	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
TOTAL	32,8%	33,3%	43,0%	58,9%	85,7%

Fonte: OE 2018/2019, Projectão do CFMP 2020-2022

86. O CFMP 2020-2022 buscou a consistência e o alinhamento das acções propostas pelos sectores em função das prioridades e pilares definidos no âmbito do balanço do meio-termo do PQG para o cumprimento das metas do programa.

87. Para 2020, perspectiva-se que a Prioridade IV (Desenvolver Infra-estruturas Económicas e Sociais) absorva mais recursos, dado que se busca pelo restabelecimento da estabilidade macroeconómica, e recuperação gradual da economia através da criação de condições para o aumento e diversificação da base produtiva (investimento público e privado), maior abertura do crédito para a economia, e contenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos.

5.3. Afecção de Recursos Internos nas Áreas Económicas e Sociais

88. O Programa Quinquenal do Governo continuará a afectar recursos para priorizar os: (i) **Sectores Sociais** (Saúde, Educação, Acção Social, Água, Saneamento e Justiça) que

providenciam serviços básicos à população; e (ii) **Áreas com Potencial Económico** (*Agricultura, Infra-estruturas, Obras Públicas, Transporte e Comunicações, Energia*) para **criar novas dinâmicas** produtivas e de geração de rendimentos adicionais a curto e médio prazo.

Tabela 12: Afecção de Recursos Internos nas Áreas Económicas e Sociais

	REO 2018	2019 Lei	2020	2021	2022	REO	2019 Lei	2020	2021	2022
	Milhoes de MT					% do PIB				
Total Sectores Economicos e Soc	127 531,4	114 759,7	139 986,5	171 154,7	207 578,3	14,8%	11,2%	12,8%	13,9%	14,8%
Agricultura e Desenvolvimento Ri	12 680,0	13 232,8	16 398,0	19 677,6	23 613,1	1,5%	1,3%	1,5%	1,6%	1,7%
Infraestrutura	23 114,1	14 189,1	19 749,3	27 932,9	36 881,3	2,7%	1,4%	1,8%	2,3%	2,6%
Estradas	12 441,5	6 315,4	7 578,5	9 094,2	10 913,0	1,4%	0,6%	0,7%	0,7%	0,8%
Aguas e Obras Publicas	8 763,7	4 787,5	7 181,3	10 771,9	12 926,3	1,0%	0,5%	0,7%	0,9%	0,9%
Recursos Minerais e Energia	1 908,9	3 086,2	4 989,6	8 066,9	13 042,1	0,2%	0,3%	0,5%	0,7%	0,9%
Transportes e Comunicações	2 339,3	2 690,6	3 228,7	3 874,5	4 649,4	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Educação	55 474,8	51 190,9	61 429,1	73 714,9	88 457,9	6,5%	5,0%	5,6%	6,0%	6,3%
Saúde	22 933,3	23 794,1	28 552,9	34 263,5	41 116,2	2,7%	2,3%	2,6%	2,8%	2,9%
Sistema Judicial	5 183,4	4 316,3	4 747,9	5 222,7	5 745,0	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Acção Social e Trabalho	5 806,5	5 345,9	5 880,5	6 468,5	7 115,4	0,7%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%

89. A tabela acima mostra a afecção de recursos internos para investimento nas áreas sociais e económicas. Verifica-se um aumento de recursos em termos reais em todas as áreas. Para a Agricultura e Desenvolvimento Rural será alocado um montante de 16.398,0 milhões de meticais em 2020, o correspondente a 1.5% do PIB. Este montante, corresponde a um aumento de 23.9% em relação a 2019. Mais recursos foram alocados nas áreas de saúde, educação e infra-estruturas económicas por forma a proporcionar um maior bem-estar para a população.

Tabela 13: Principais Projectos das Áreas de concentração Económica

Sector	Principais Projectos
Agricultura	Garantir a segurança alimentar e nutricional; Assistir produtores em tecnologias melhoradas; Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais, com vista a impulsionar a integração do conteúdo local; Construir e reabilitar sistemas de regadio.
Obras Publicas	Garantir a construção, manutenção e reabilitação, das vias de acesso para o transporte de pessoas e bens; Prosseguir com a reabilitação e construção de sistema de saneamento e drenagem de agua pluviais nas cidadesMaputo.
Energia	Incrementar o nível de cobertura de energia da Rede Eléctrica Nacional; Electrificação de Postos administrativos e vilas fronteiriças através de sistemas solares.
Transportes e Comunicações	Acelerar o processo de migração digital; Aumentar a provisão dos serviços de transportes e comunicação.
Turismo	Promoção de Moçambique como destino turístico de excelencia; Implementar o Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos

Fonte: Projectos do Mapa de Investimentos/Principais Acções sectoriais para o cumprimento das Metas do PQG 2015-2019

Tabela 14: Principais Projectos das Áreas Sociais

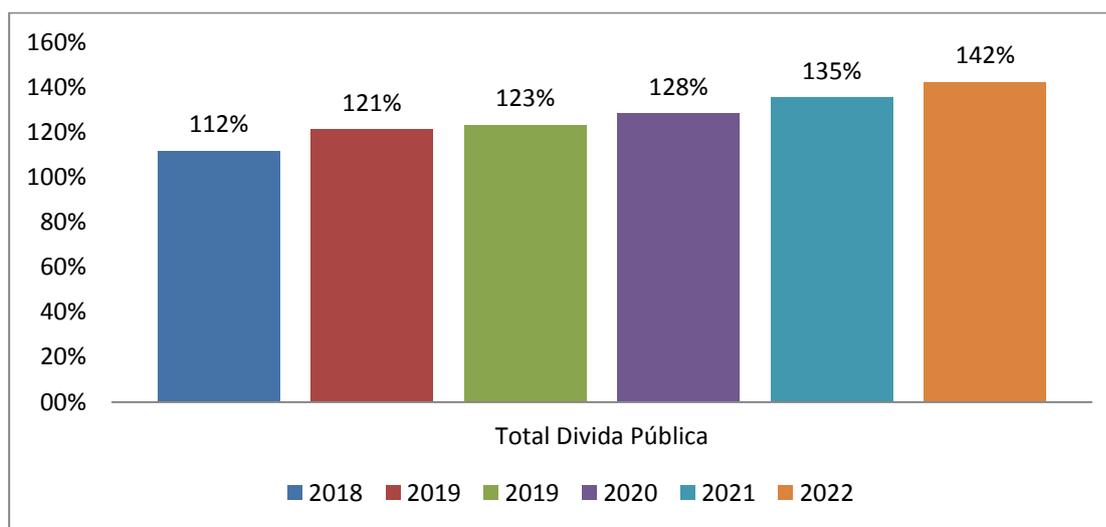
Sector	Principais Projectos
Educação	<p>Aumentar o numero de escolas primarias e secundarias para garantir o acesso a educação pelas comunidades;</p> <p>Aumentar o numero de professores primarios e secundarios com formação psicopedagógica;</p> <p>Adquirir e distribuir carteiras escolares e livros;</p> <p>Aumentar a taxa líquida de escolarização.</p>
Saude	<p>Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde;</p> <p>Reduzir a mortalidade materna, a mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis;</p> <p>Expandir a rede de infraestruturas sanitárias</p>
Trabalho	<p>Criação de novos empregos em diversas áreas de actividades com a intervenção de todos os sectores do Estado e Sector Privado ;</p> <p>Formação de cidadãos maioritariamente jovens através da intervenção de provedores públicos e privados de formação profissional;</p> <p>Estabelecer medidas de maior controlo e rigor no processo de inscrição de beneficiários através da intercomunicabilidade entre as plataformas SISSMO, em uso no INSS, folha de relação nominal, em uso no MITESS e Ebau.</p>
Justiça	<p>Recrutar efectivos para prevenir e combater a criminalidade;</p> <p>Introdução do Sistema Electronico do registo Civil e Estatísticas Vitais;</p> <p>Aproximar os serviços de Justiça ao cidadão;</p> <p>Reforçar o sistema de segurança e conservação de arquivo de registo de pessoas e bens.</p>
Ação Social	<p>Assegurar as transferências para os programas de protecção social;</p> <p>Capacitação de Associações de Mulheres em uso de técnicas de agro-processamento;</p> <p>Atendimento de crianças em idade pré-escolar nos Centros Infantis e Escolas Comunitárias;</p> <p>Promover o empoderamento das Mulheres empresárias do sector formal e informal.</p>

Fonte: Projectos do Mapa de Investimentos/Principais Acções sectoriais para o cumprimento das Metas do PQG 2015-2019

VI. DÍVIDA PÚBLICA

90. A política de endividamento em Moçambique, pressupõe o estabelecimento de um limite global na contratação da dívida, incluindo créditos concessionais e não concessionais. Este limite será definido em resultado da avaliação dos seguintes instrumentos: (i) Programa fiscal, (ii) Avaliação do plano de endividamento externo e (iii) Análise de sustentabilidade da dívida.

Gráfico 4: Dívida Pública



Fonte: Projeções do CFMP 2020 – 2022

91. A perspectiva da trajetória da dívida de médio prazo sugere uma tendência crescente no médio prazo, e espera-se um saldo primário de 0.2% do PIB em 2022. A mudança acelerada na composição da carteira da dívida, representa um alto risco para a sustentabilidade fiscal, na medida em que recorrendo ao financiamento doméstico acumulam-se passivos de menor maturidade e maiores taxas de juros.

92. Ainda que os resultados de 2018 indiquem um decréscimo da dívida pública em percentagem do PIB, pelo efeito cambial, os rácios de sustentabilidade continuam a mostrar-se acima dos limiares recomendados, representando um potencial risco fiscal para o exercício económico de 2020-2022.

93. Prevalece o desafio a médio prazo, de assegurar o financiamento interno, mediante a melhoria na arrecadação das Receitas do Estado e, pelo desenvolvimento do mercado de capitais, facilitando a implementação da política monetária através da oferta de taxas de juro competitivas.

VII. RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2020-2022

94. As projecções de crescimento económico, de receitas e de despesas públicas do presente CFMP (2020-2022) estão susceptíveis a alterações em resultado da dinâmica económica nacional e internacional que pode levar ao ajustamento dos principais pressupostos e a alteração da postura da política fiscal no médio prazo. Neste sentido, é fundamental a avaliação dos potenciais riscos ao presente CFMP, os quais são na maioria de carácter macro fiscal.
95. Na elaboração de um cenário de previsões orçamentais é importante a consideração de potenciais choques, tanto internos como externos, por forma a criar condições para que a política orçamental possa amortecer os efeitos das flutuações económicas e assim aumentar a resiliência da economia à choques.
96. A tabela abaixo apresenta o resumo dos principais riscos macro fiscais perspectivados para este CFMP.

Tabela 15: Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação

Tipos de Risco	Consequências	Medidas de mitigação
	Economicos	
Sustentabilidade da dívida pública	Aumento de incertezas quanto ao financiamento interno Aumento da necessidade de arrecadação de receitas Aumento dos níveis de endividamento interno externo Queda da capacidade de investimento do sector privado	Implementação da estratégia de gestão da dívida pública; Contenção dos níveis de despesa publica Prioridade de investimento público em áreas produtivas
Desastres naturais (ciclones, chuva e seca...)	Quebra na produção interna, sobretudo na agricultura Queda de confiança do sector privado com destaque para o sector de alojamento e restauração refreamento da taxa de crescimento	Tornar o sector da agricultura resiliente, através de sementes mais resistentes aos eventos climaticos
Aceleração da inflação	Excesso da procura de divisas decorrente do agravamento do défice da conta corrente Aumento da expectativa de pressão inflacionária devido ao choque de oferta	Politica Fiscal e Monetaria mais conservadora
Choque cambial	Maiores custos de produção para os sectores que dependem da importação de matéria-prima;	Politica Fiscal e Monetaria mais conservadora
Volatilidade dos preços das commodities no mercado internacional	Queda na produção de carvão, alumínio	Diversificar a economia e estimular a indústria de semi-processamento

VIII. ANEXOS

Limite Central

10'3 MT

SECTORES	OE 2019		Actual 2019		CFMP 2020		CFMP 2021		CFMP 2022	
	Inv.	B&S	Inv.	B&S	Inv.	B&S	Inv.	B&S	Inv.	B&S
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	25 178,68	395 237,98	5 283,58	482 332,55	17 577,77	459 873,72	20 907,02	546 974,50	20 763,47	543 218,89
GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	107 036,46	72 068,81	22 460,88	87 949,88	74 724,41	83 854,67	88 877,33	99 736,88	88 267,08	99 052,07
ASSEMBLEIA DA REPUBLICA	166 877,59	218 361,26	35 018,13	266 479,31	116 500,77	254 071,24	138 566,19	302 192,72	137 614,77	300 117,82
CONSELHO CONSTITUCIONAL	958,12	8 058,26	201,05	9 833,98	668,88	9 376,08	795,57	11 151,92	790,11	11 075,35
TRIBUNAL SUPREMO	113 169,29	476 342,65	23 747,81	581 309,43	79 005,87	554 241,95	93 969,70	659 216,21	93 324,49	654 689,93
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL	4 050,00	37 000,00	849,87	45 153,31	2 827,39	43 050,84	3 362,90	51 204,74	3 339,81	50 853,16
GABINETE DO PROVIDOR DA JUSTICA	2 741,18	585,83	575,22	714,92	1 913,68	681,63	2 276,13	810,74	2 260,50	805,17
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	174 654,00	458 654,45	36 649,96	559 723,46	121 929,65	533 661,08	145 023,31	634 737,30	144 027,55	630 379,09
PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	573 998,15	353 271,45	120 449,63	431 118,28	400 720,23	411 044,14	476 617,25	488 896,52	473 344,72	485 539,68
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MINISTERIO PUBLICO	1 399,33	11 951,20	293,64	14 584,76	976,90	13 905,65	1 161,93	16 539,41	1 153,95	16 425,84
MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL	193 770,65	1 508 756,65	40 661,46	1 841 225,98	135 275,38	1 755 493,07	160 896,74	2 087 986,11	159 792,00	2 073 649,67
MINISTERIO DO INTERIOR	250 603,51	4 649 672,49	52 587,45	5 674 273,44	174 951,60	5 410 062,54	208 087,70	6 434 736,55	206 658,94	6 390 554,66
SERVICO DE INFORMACAO E SEGURANCA DO ESTADO	62 694,52	242 461,79	13 156,02	295 890,62	43 768,37	282 113,08	52 058,16	335 545,73	51 700,72	333 241,82
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS E COOPERACAO	7 645,00	80 298,63	1 604,25	97 993,22	5 337,14	93 430,37	6 348,00	111 126,22	6 304,41	110 363,21
MINISTERIO DA JUSTICA E ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS	89 773,91	143 543,39	18 838,45	175 174,58	62 673,06	167 017,94	74 543,44	198 651,39	74 031,61	197 287,42
MINISTERIO DA ADMINISTRACAO ESTATAL E FUNCAO PUBLICA	215 241,36	281 660,45	45 166,94	343 727,09	150 264,54	327 722,15	178 724,87	389 793,22	177 497,72	387 116,84
MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS	1 830 683,75	481 072,94	384 156,59	587 082,08	1 278 038,99	559 745,81	1 520 101,50	665 762,51	1 509 664,25	661 191,28
MINISTERIO DO TRABALHO EMPREGO E SEGURANCA SOCIAL	282 176,33	20 482,61	59 212,79	24 996,15	196 993,26	23 832,26	234 304,08	28 346,13	232 695,31	28 151,50
MINISTERIO DA TERRA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	4 660 677,43	19 980,23	978 011,60	24 383,07	3 253 717,35	23 247,72	3 869 976,32	27 650,88	3 843 404,47	27 461,02
MINISTERIO DA AGRICULTURA E SEGURANCA ALIMENTAR	1 253 693,95	98 171,58	263 079,19	119 804,65	875 230,22	114 226,19	1 041 000,15	135 860,81	1 033 852,48	134 927,97
MINISTERIO DO MAR, AGUAS INTERIORES E PESCAS	376 278,06	66 714,44	78 959,40	81 415,62	262 687,66	77 624,67	312 441,10	92 326,90	310 295,83	91 692,97
MINISTERIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	1 611 856,68	496 668,81	338 237,21	606 114,65	1 125 271,19	577 892,17	1 338 399,25	687 345,82	1 329 209,60	682 626,40
MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO	110 189,12	45 781,86	23 122,44	55 870,34	76 925,35	53 268,85	91 495,13	63 358,06	90 866,91	62 923,03
MINISTERIO DA CULTURA E TURISMO	73 877,03	88 309,93	15 502,59	107 769,89	51 575,11	102 751,81	61 343,52	122 213,15	60 922,33	121 374,02
MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICACOES	1 194 177,62	391 136,63	250 590,09	477 327,42	833 680,62	455 101,65	991 580,98	541 298,59	984 772,64	537 581,95
MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS E HABITACAO E RECURSOS HIDRICOS	10 063 162,63	153 118,07	2 111 686,54	186 859,14	7 025 306,36	178 158,43	8 355 909,99	211 901,90	8 298 537,03	210 446,95
MINISTERIO DA EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	276 230,34	223 562,06	57 965,07	272 826,15	192 842,23	260 122,56	229 366,84	309 390,17	227 791,98	307 265,85
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E TECNICO-PROFISSIONAL	363 455,57	797 793,18	76 268,69	973 594,73	253 736,01	928 261,29	301 793,99	1 104 075,38	299 721,83	1 096 494,63
MINISTERIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS	7 484,28	56 630,41	1 570,53	69 109,48	5 224,93	65 891,54	6 214,54	78 371,49	6 171,87	77 833,38
MINISTERIO DA SAUDE	1 268 408,38	9 460 849,76	266 166,91	11 545 640,81	885 502,68	11 008 041,74	1 053 218,22	13 092 981,46	1 045 986,66	13 003 083,05
MINISTERIO DOS COMBATENTES	62 539,14	10 059,81	13 123,42	12 276,59	43 659,89	11 704,95	51 929,14	13 921,89	51 572,59	13 826,30
MINISTERIO DO GENERO, CRIANÇAS E ACÇÃO SOCIAL	8 964,13	30 021,40	1 881,06	36 636,91	6 258,05	34 930,99	7 443,33	41 546,97	7 392,23	41 261,70
TOTAL	25 433 646,19	21 378 279,01	5 337 078,44	26 089 192,51	17 755 765,56	24 874 402,80	21 118 734,35	29 585 652,23	20 973 729,88	29 382 512,61

Limite Provincial

10³ MT

Províncias	OE 2019		Actual 2019		CFMP 2020		CFMP 2021		CFMP 2022	
	Inv.	B & S	Inv.	B & S	Inv.	B & S	Inv.	B & S	Inv.	B & S
Niassa	151 267,9	296 031,46	36 129,0	388 889,5	785 871,3	1 738 668,7	934 716,5	2 067 975,2	928 298,6	2 053 776,1
Cabo Delegado	272 505,6	283 516,12	65 085,6	372 448,4	1 415 728,6	1 665 162,9	1 683 869,7	1 980 547,3	1 672 308,0	1 966 948,5
Nampula	482 854,8	354 167,61	115 325,7	465 261,6	2 508 540,9	2 080 117,2	2 983 662,3	2 474 094,5	2 963 176,1	2 457 107,0
Zambézia	515 162,1	525 302,79	123 042,0	690 077,8	2 676 384,8	3 085 238,0	3 183 296,1	3 669 586,8	3 161 439,1	3 644 390,8
Tete	511 136,8	324 041,89	122 080,6	425 686,2	2 655 472,1	1 903 181,1	3 158 422,6	2 263 646,5	3 136 736,4	2 248 104,0
Manica	152 250,7	268 158,86	36 363,8	352 273,9	790 977,3	1 574 965,8	940 789,6	1 873 266,7	934 330,0	1 860 404,5
Sofala	294 192,6	409 508,92	70 265,3	537 962,2	1 528 397,5	2 405 150,9	1 817 878,3	2 860 690,1	1 805 396,5	2 841 048,2
Inhambane	180 392,8	484 870,90	43 085,2	636 963,4	937 181,5	2 847 771,2	1 114 685,1	3 387 143,3	1 107 031,5	3 363 886,7
Gaza	367 987,9	378 187,67	87 890,7	496 816,2	1 911 781,2	2 221 193,2	2 273 875,5	2 641 890,5	2 258 262,7	2 623 750,9
Provincia de Maputo	344 000,2	268 145,63	82 161,5	352 256,6	1 787 159,7	1 574 888,1	2 125 650,4	1 873 174,2	2 111 055,4	1 860 312,7
Cidade de Maputo	145 955,2	643 265,93	34 860,1	845 043,2	758 270,6	3 778 065,8	901 888,2	4 493 637,2	895 695,7	4 462 783,2
Total	3 417 706,6	4 235 197,8	816 289,5	5 563 679,1	17 755 765,6	24 874 402,8	21 118 734,3	29 585 652,2	20 973 729,9	29 382 512,6

N.B.: Não inclui Distritos

Limite Distrital

10³ MT

Distritos	OE 2019	Actual 2019	CFMP 2020	CFMP 2021	CFMP 2022
	B & S	B & S	B & S	B & S	B & S
Niassa	115 775,36	128 754,00	122 758,8	146 009,5	145 007,0
Cabo Delegado	175 825,23	195 535,58	186 430,9	221 741,2	220 218,6
Nampula	399 759,89	444 573,75	423 873,1	504 155,3	500 693,7
Zambézia	451 650,09	502 280,94	478 893,3	569 596,4	565 685,4
Tete	281 116,31	312 629,99	298 073,0	354 528,5	352 094,3
Manica	202 047,09	224 696,96	214 234,4	254 810,7	253 061,2
Sofala	198 382,80	220 621,90	210 349,1	250 189,5	248 471,7
Inhambane	410 908,88	456 972,56	435 694,6	518 215,8	514 657,6
Gaza	227 535,89	253 043,10	241 260,7	286 955,8	284 985,5
Provincia de Maputo	299 018,00	332 538,50	317 054,5	377 105,1	374 515,9
Cidade de Maputo	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0
Total	2 762 019,5	3 071 647,3	2 928 622,3	3 483 307,8	3 459 390,9